

(Texto com revisão.)



PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo representação externa da Ver.^a Mônica Leal, dia 5 de julho de 2023, às 12 horas, na sede da Federasul, em Porto Alegre, no evento Tá na Mesa, com o tema “Rio Grande do Sul, uma janela de oportunidades”, conforme Processo SEI nº 154.00026/2023-90.

Aproveito também para fazer uma retificação em relação à votação ocorrida na segunda feira, do Requerimento nº 128/23, de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. Na ocasião foram apostos dezessete votos no painel eletrônico, e, quando nós encerramos a votação, porque aí não haveria quórum para continuar a Ordem do Dia, entrou, com *delay*, pelo *chat*, o voto do Ver. Pedro Ruas. Logo, passou-se a ter 18 votos favoráveis, contando com a presença do Presidente que não vota nessas matérias, mas conta no quórum. Então o Requerimento nº 128/23 está aprovado. Feita a retificação.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Quero apresentar o nosso diretor administrativo Gustavo Garcia Brock, e os vereadores que precisarem as informações inclusive sobre o modelo em processo da reestruturação dos gabinetes, podem falar com ele. Obrigado, Gustavo, seja bem-vindo.

Hoje temos o comparecimento do Sr. Henry Ventura, Secretário Municipal de Cultura e Economia Criativa, que abordará o assunto: a aplicação da Lei Paulo Gustavo no Município de Porto Alegre. Convidamos para fazer parte da mesa a nossa ex e sempre vereadora, que representa o Conselho Nacional de Política Cultural, Margarete Moraes; o Sr. Vítor Hugo Narciso (Mestre Gavião), representante da Confederação da União das Federações de Capoeira do Brasil – UFCB.

O Sr. Henry Ventura está com a palavra.

SR. HENRY VENTURA: Obrigado, Presidente Hamilton, cumprimentando o senhor, estendo os cumprimentos a todos os vereadores aqui presentes e a esta Casa. É um prazer aqui estar mais uma vez falando em nome da Secretaria de Cultura e Economia Criativa de Porto Alegre, dialogando e apresentando um pouco sobre a [Lei Paulo Gustavo](#). A Lei Paulo Gustavo, aprovada no Congresso Nacional no ano passado em 2022, é uma lei que teve uma mobilização forte do audiovisual e que levou o nome desse artista que, enfim, foi levado pela covid-19. Mobilizando esse setor, foram construídas ao longo de 2022 várias diretrizes que foram postas na lei e regulamentadas neste ano de 2023 pelo Ministério da Cultura. E que, destinado, no seu montante, 70% ao setor do audiovisual e 30% para as demais linguagens e manifestações artísticas. Lembrando que esta lei foi regulamentada pelo Ministério da Cultura, houve um amplo debate com a sociedade civil, com os municípios, com os governos, foi aberto o espaço para apresentação do plano de trabalho dos municípios e dos estados. Porto Alegre foi uma das primeiras capitais a apresentar este plano de trabalho e esse prazo se encerra no início de julho. Porto Alegre já vem de uma grande experiência na Paulo Gustavo, um *know how* de discussão com a sociedade civil, organização, para execução desse valor, desse montante que está aproximado em 11 milhões para Porto Alegre, ao todo no Brasil inteiro são R\$ 3 bilhões, o maior recurso voltado à cultura. Essas discussões ocorreram com os entes federativos, e Porto Alegre participou ativamente sendo liderada na coordenação desse processo pela coordenadora do audiovisual da Prefeitura de Porto Alegre, a Daniele Mazzini. Nós faremos uma apresentação breve, eu vou buscar ser, nobres vereadores, o mais rápido e sucinto para que a gente possa demonstrar aqui alguns pontos da legislação e do que a Prefeitura veio trabalhando nessas discussões com a sociedade civil. Fizemos inúmeras reuniões, conversas com a comunidade cultural, com o Conselho Municipal de Cultura, com sindicatos, entidades representativas que permitiram que nós possamos montar este plano de trabalho, e elas continuam. Além aqui de nós estar dialogando com a Câmara de Vereadores e também, na CECE, dialogamos e apresentamos parte dessas propostas da Secretaria, nós teremos ao longo de julho mais diálogos com a

sociedade civil por meio da comissão que vai representar as manifestações culturais e artísticas da cidade e montar a proposta de como nós vamos executar esses percentuais, esses valores que já estão estipulados na legislação federal.

(Procede-se à apresentação.)

SR. HENRY VENTURA: A Lei Paulo Gustavo, como mencionei, é uma lei emergencial; os recursos, como mencionado, 70% para o audiovisual e 30% para as outras linguagens artísticas; R\$ 3 bilhões o investimento em todo Brasil. No Estado do Rio Grande do Sul, são R\$ 90 milhões que serão investidos. Nós temos bem destacado, no art. 8º, R\$ 24 milhões, e no art. 6º, R\$ 66 milhões, sendo R\$ 44 milhões fragmentados, divididos nas etapas que mais tarde eu vou mencionar ali nos *slides*.

Porto Alegre receberá então o montante de R\$ 11.342.728,20. O art. 6º, para o setor do audiovisual, nos incisos I, II e III, são os setores que vão estar divididos, que a gente vai apresentar nos *slides* os valores fragmentados. E no art.8º que eu mencionei, das demais linguagens artísticas, são R\$ 3 milhões 270 mil. Aqui nós temos o princípio básico da Lei Paulo Gustavo que se baseia também no que está ancorado no Sistema Nacional de Cultura que foi amplamente debatido com o Ministério da Cultura, com as secretarias e também continuam esses debates e diálogos, permanentemente, um diálogo direto que nós temos com o Ministério da Cultura para a boa execução dessa legislação, enfim, desses recursos.

No art. 6º, nós temos ali os itens que são previstos na lei, que é a produção do audiovisual, o apoio à sala de cinema, a capacitação e formação, qualificação, apoio aos festivais, apoio às micro e pequenas empresas do setor do audiovisual. Esses são os incisos previstos na legislação que já traz como foco para o investimento desses recursos.

O art. 8º, prevê o direcionamento dos recursos para as outras áreas, outras linguagens, manifestações artísticas culturais, porque os valores foram ali mencionados, como nós temos citados ali povos nômades, culturas populares,

capoeiras, expressões artísticas mais diversas, manifestações populares, os ribeirinhos. É importante também mencionar que a gente escutou os mais diversos setores da cultura da cidade, com diálogo amplo, muitas vezes, mais de um encontro com o setor produtivo e as representações da cultura, construindo, a várias mãos, com a sociedade civil e com a comunidade cultural, a melhor aplicação da legislação, da Lei Paulo Gustavo.

Vou mencionando, enquanto a gente vai passando para os próximos *slides*. A Lei Paulo Gustavo tem uma preocupação também no atendimento à maior diversidade possível de manifestações artísticas, dando toda a legitimidade na aplicação dos recursos, dos percentuais, para que a gente tenha uma boa distribuição desse recurso. Nós temos mapeadas 16 áreas, sendo que uma das áreas aglutina várias áreas. Nós já construímos um diálogo para dividir a 16ª, que tem povos indígenas, nômades, culturas quilombolas, culturas de povos, comunidades tradicionais de matriz africana. Com esse item, nós vamos dividir e ampliar; então, estamos próximos de 18 a 19 áreas, para dar maior oportunidade. Nessas divisões, vão ficar as representações num grande conselho, que vai debater com a sociedade civil organizada a melhor aplicação desse recurso do art. 8º, que é o recurso para as demais linguagens. Nós teremos uma comissão para o audiovisual e uma para as demais linguagens artísticas previstas no art. 8º da Lei Paulo Gustavo.

As principais ações da legislação, da lei que estão previstas são: trabalhar nas diversas regiões, desburocratizar a aplicação dos recursos. Como é uma lei emergencial, que tenha o menor item burocrático possível, que facilite o acesso, para que as pessoas, os artistas possam propor seus trabalhos e, que, de imediato, possam ter acesso aos recursos, para que a boa aplicação e a realização das atividades artísticas cheguem na ponta de uma forma descentralizada na cidade. Essa é uma diretriz que a administração municipal, o prefeito Sebastião Melo tem fundamentado muito e pautado nessa aplicação. Então tem reforçado o objeto que já está previsto na lei, na descentralização dos investimentos, aplicação da lei.

Nós temos, então, ali que levam em conta na construção das ferramentas de seleção: a acessibilidade, o acesso, e as contrapartidas. O modelo de repasse – o modelo de repasse de recurso que está previsto na lei, que nós estamos construindo na administração municipal é o mais favorável à comunidade artística e de melhor aplicação, mantendo todo o controle de repasse, para que a gente busque a universalização, a descentralização, a desburocratização e a diversidade na aplicação dos recursos da Lei Paulo Gustavo.

Ali nós temos o art. 17, que trabalha também a questão da implementação das ações previstas na Lei Paulo Gustavo, que são voltadas ao protagonismo das mulheres, à participação de negros, de indígenas, de povos tradicionais, inclusive de terreiro e quilombolas, à população nômade, de pessoas do segmento LGBTQIA+ e de pessoas com deficiência. É importante dizer que a lei já traz, no seu escopo, essa previsão de maior diversidade, aplicação para todas as faces, todos os atuantes, atores da cultura, enfim, da sociedade como um todo.

Próximo *slide*, eu acho que esse é o último aqui. Nós temos aqui, então, a garantia das cotas de 20 % para pessoas negras e 10 % para pessoas indígenas. Todos os projetos devem aportar, no mínimo, 10% do seu orçamento para medidas de acessibilidade. Então, isso já está garantido na lei e nós vamos firmar, no decreto, o que já é estabelecido na Lei Paulo Gustavo, na lei federal.

Próximo. Então, o item desburocratização, que é o art. 23, que ali pauta a categoria de prestação e formação, de forma real e ágil para os projetos. A categoria de prestação e formação em relatórios, e a categoria de prestação de formação dos relatórios de execução financeira, esses três itens que demonstram transparência na aplicação dos recursos também é importante ressaltar aqui a todos os nobres vereadores o que pauta na legislação da Paulo Gustavo.

Bom, por fim, aqui encaminhando para as considerações finais, a Paulo Gustavo tem adequação na LOA, nós estamos trabalhando para o crédito extraordinário, a regularização do local, o decreto a ser publicado em breve sobre a Paulo Gustavo, a criação dos mecanismos de repasse, editais, chamados públicos, o

acompanhamento da execução e a prestação de contas. Esses são os cinco itens que o Município fica encarregado de aplicar na execução da Paulo Gustavo. Tudo isso, mais uma vez é importante reiterar, tudo estabelecido no plano de ação apresentado ao Ministério da Cultura, na legislação, nos debates amplos que foram construídos junto ao Ministério.

Os prazos que nós estamos trabalhando aqui, a partir da abertura da Plataforma +Brasil, esses 60 dias de apresentação de planos de trabalho, isso já cumprimos - o item nº 1. A inserção da proposta na plataforma também já apresentamos lá. E a execução até dezembro de 2023. É importante mencionar que nós estamos fazendo um trabalho intenso para que essa aplicação alcance o prazo de dezembro de 2023, que está previsto na legislação. Então, a gente está fazendo um esforço da administração, enfim, de toda sociedade cultural, e a gente conta também com os nobres vereadores da Câmara Municipal de Porto Alegre, para que a gente possa dar a melhor aplicação e a boa celeridade para a aplicação dos recursos da Lei Paulo Gustavo. É isso.

Bom, por fim, tensionando sobre os prazos, a Lei Paulo Gustavo, R\$ 11 milhões. O Município de Porto Alegre foi um dos municípios que, na Lei de Auxílio Emergencial, em 2020, a [Lei Aldir Blanc](#), foi o que a executou a sua totalidade de recurso, entre as capitais, uma das capitais que mais executou os recursos na Lei Emergencial da Cultura, e isso credencia toda a equipe da Secretaria de Cultura e os servidores para uma boa execução da Lei Paulo Gustavo. Estamos à disposição dos nobres vereadores para demais esclarecimentos. Muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Convidamos o Henry Ventura a fazer parte da Mesa.

O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Sr. Presidente, cumprimentando o secretário Henry Ventura, cumprimento a Mesa, o Mestre Gavião, representante

da Confederação da União das Federações de Capoeira do Brasil – UFCB, e a Margarete Moraes, que foi nossa secretária municipal da cultura, sempre referência no tema.

Primeiro, quero saudar o tema da Lei Paulo Gustavo, a lei em si. Há poucos dias, tivemos o prazer de receber a ministra da cultura, a outra Margarete, a Margareth Menezes, lá no Teatro da Ospa, que estava repleto, trazendo esse esclarecimento. O segundo registro é dizer que essa lei vem ao encontro de um anseio nacional, porque, com o tema, os trabalhadores da cultura tiveram dois grandes sofrimentos nesse período passado. O primeiro foi a política nacional do ex-governo federal, que perseguiu e massacrou os trabalhadores da cultura em todo o Brasil. O segundo foi a pandemia, que os trabalhadores da cultura foram os primeiros a sofrer o impacto da pandemia e os últimos a sair, porque a cultura não passou a ser uma necessidade especial. E saudar o governo federal, governo do Presidente Lula, porque são R\$ 3,2 bilhões, é o maior investimento até hoje num projeto específico da cultura.

Aqui viemos para o Município, agradecer, presidente, a sua vinda aqui. O Município já se credenciou, agora tem mais 90 dias para que saia a plataforma, os dados do governo federal, e o repasse desses recursos. A pergunta é: em que momento os nossos produtores culturais, os nossos trabalhadores da cultura podem começar a elaborar as suas propostas? A TVCâmara está sendo transmitida aqui para toda Porto Alegre, todo Rio Grande do Sul. Em que momento eles podem se preparar, e se a Secretaria da Cultura terá um gabinete, um espaço para acolher as dúvidas, porque produtor cultural não é produtor de projeto, ou artista. Se terá à disposição nesse próximo período uma estrutura mínima para buscar as informações, porque sabemos como é a burocracia. E eu quero aproveitar aqui a oportunidade também – não é o tema da Lei Paulo Gustavo –, se o senhor tiver informações, nós produzimos aqui um projeto de lei, em 2020, que foi uma lei de socorro municipal chamada Aldir Blanc, que depois, em 2021, o governo Melo adotou a lei e o governo do Estado anunciou, no ato que nós fizemos no Paço Municipal, que destinaria mais R\$ 600,00 para cada ator, para cada trabalhador da cultura. Se isso aconteceu, se o senhor sabe, sei

que o senhor está há pouco tempo ali, mas se tiver essa informação é importante para que nós possamos também responder a muitas dúvidas que nos chegam. Queria agradecer, Presidente, à Secretaria Municipal da Cultura e aos nossos convidados que aqui vieram para debater esse tema tão importante e atender a esse setor que mobiliza muito economicamente em todo o Brasil. Muito obrigado. (Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Presidente Hamilton Sossmeier; ex-vereadora e ex-presidente Margarete Moraes; Mestre Gavião e nosso secretário Henry Ventura; achei importante a pergunta final da fala do Eng^o Comassetto, e a minha preocupação, secretário, e imagino que dos operadores de cultura em geral, dos produtores de cultura, seja algo do gênero. O senhor falou em R\$ 11.342.000,00 para Porto Alegre. É isso? Confere? Eu não entendi qual é a periodicidade desse valor e se ele é dinâmico, ou seja, se ele você vai mudando. Por exemplo: ele é anual? É só um ano? Ou seja, esse valor é único, não haverá outra? E em vinte e quatro? Esses valores não temos ainda, portanto... Está bem! E no final, saudando a Associação Chico Lisboa, Margarete Moraes, saudando nosso Conselho Nacional de Política Cultural, Mestre Gavião, acho fundamental, é uma obrigação nossa, tanto da Associação Chico Lisboa, quanto do Conselho Nacional de Política Cultural, quanto da Câmara, ajudar o Município, o Estado e a União, fiscalizando a aplicação desses recursos, fiscalizando, desde o momento em que temos, de fato, o acesso, bem como a própria aplicação de cada centavo de uma legislação tão importante para nosso País, para nossa cidade de Porto Alegre. Muito obrigado. (Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Alvoni Medina está com a palavra.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Boa tarde, meu Presidente; boa tarde, secretário Henry Ventura, colegas aqui presentes, Sra. Margarete Moraes; quero falar da importância da cultura, principalmente na cidade de Porto Alegre. A gente tem acompanhado o trabalho que o senhor vem fazendo ali na secretaria, principalmente com a juventude, aproveitar essa oportunidade dessa lei, mas também falar do trabalho que o senhor tem realizado, dando também oportunidade para nossa juventude das periferias que tem feito um excelente trabalho – o senhor teve ali na Amrigs, com um trabalho que nós fizemos há um mês, mostrando ali, o senhor teve a oportunidade de ver o trabalho dos jovens, mostrando seus talentos, congregando, fazendo com que o jovem entenda que ele tem valor, que o trabalho que a secretaria traz é benéfico para cidade de Porto Alegre. Esperamos que tenha vida longa, que o trabalho continue, que esse trabalho não fique apenas por um ano, mas que continue, porque precisamos realmente que a cultura na cidade possa se desenvolver, principalmente para aquelas pessoas que realmente mais precisam. Nós sabemos das dificuldades que eles encontram, que os profissionais encontram, que aqueles que querem mostrar o seu trabalho e, muitas vezes, não conseguem. Então parabéns à secretaria, ao secretário Henry Ventura e a toda a sua equipe que tem prestado um trabalho excelente para a cidade de Porto Alegre. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Secretário, eu saúdo, em nome de V. Exa., todos os presentes, as autoridades aqui no dia de hoje. Eu tenho sido propagandista da lei, não só nesta Casa, como também lá na TV Pampa; e aqui, em nome do líder da nossa bancada, o Ver. Gilson Padeiro, eu quero saudar a sua luta, a luta de todos que batalham pela cultura. Quero dizer

para as pessoas que não entendem que estudem, que se dediquem a estudar a Lei Paulo Gustavo, que, para nós, é uma Lei Rouanet, aqui na capital dos gaúchos. Parabéns a todos vocês pelo trabalho, pela dedicação. Esta Casa aqui certamente tem olhos para a cultura de uma forma diferenciada; infelizmente, algumas pessoas do meio político e público não se dão conta do quanto é importante a riqueza da cultura para a Nação. Parabéns a vocês.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Presidente Hamilton Sossmeier; saudar a minha sempre colega Margarete Moraes, tranquila, sensata, coerente, uma lutadora pela cultura da nossa capital; o Mestre Gavião; o nosso secretário Henry, que assumiu há pouco e já está trabalhando muito em prol da cultura em Porto Alegre. Eu vou ser bem sucinto. Pergunto: os artistas de rua serão amparados por essa lei? Até porque essa é uma preocupação deste vereador, que fez um palco móvel, e a secretaria precisa me prestar contas de como foi feito o palco móvel para valorizar os artistas de rua, no Centro e na orla. Então esta é uma pergunta clara, sucinta e objetiva: como é que nós podemos introduzir os artistas de rua? Hoje mesmo, ao chegar a um restaurante, um artista de rua me reconheceu e me atacou – estava pedindo dinheiro na frente do restaurante –, dizendo: “Olha, eu preciso de um violão para me apresentar hoje à noite”. E tem centenas de artistas de rua, na orla, no Centro, nos seus bairros, que estão matando o cachorro a fome, essa é a realidade. Então peço a compreensão e que sejam amparados por essa lei. Obrigado, um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente Hamilton Sossmeier, saúdo aqui a nobre ex-vereadora e ex-presidenta da Casa, Margarete Moraes; o Mestre Gavião; eu estava até dizendo ali, mas mestre Gavião por quê? Aí me explicaram aí do teu trabalho; nobre secretário da cultura, seja bem-vindo. Pois então, creio que o Henry, secretário municipal de cultura, já sabe que a Lei Paulo Gustavo foi um avanço significativo para os artistas, de uma forma geral a comunidade artística, os recursos vieram lá no tempo da pandemia, agora continua; são recursos volumosos; estava ouvindo o secretário falar. No Rio Grande do Sul são mais de R\$ 90 milhões. Quanto terá para Porto Alegre e como será o processo de edital? Quem pode participar? Quem não pode? Como acessar tudo isso? Porque nós sabemos que muitos artistas não têm condições de elaborar, de acessar. Então a Prefeitura vai ter um departamento para receber esse povo todo? Como será essa seleção de projetos que vão acontecer na vida real, da sustentabilidade da pessoa humana, porque ela vive disso. Então ela não pode ser excluída; então esse processo tem que ser inclusivo. Por isso fizemos um apelo aqui; seja bem-vindo, secretário.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Muito obrigada, Presidente Hamilton, colegas vereadores, secretário Henry aqui e todos que acompanham o nosso secretário, quero primeiro te parabenizar, Henry, por ter assumido uma secretaria tão importante aqui no nosso Município, que é a cultura, e que nós sabemos que por muito tempo a cultura acabou sendo sempre a mesma coisa. Mais do mesmo, a gente não quer. Nós queremos a diversidade, e eu tenho certeza que tu, com toda a tua equipe, vais fazer a diferença para Porto Alegre. Atendendo aqueles que já estavam sendo atendidos há muitos e muitos anos, mas atendendo principalmente aquelas pessoas que estão na invisibilidade, artistas que, abro um parêntese, foram obrigados a parar durante a pandemia,

foram os mais prejudicados e que ainda hoje estão tentando se organizar. Então nós temos aqui uma diversidade de cultura tão enorme na nossa Porto Alegre, e eu tenho visto a tua secretaria e todos os colaboradores abraçando todos os segmentos da cultura, e isso é muito importante. Tenho certeza que esse valor da Lei Paulo Gustavo agora tendo aqui os colegas do PT, do PSOL, do PCdoB, muito alinhados ao governo federal, farão tudo para que esse valor venha aqui para Porto Alegre. Tenho certeza de que vai ser muito bem distribuído, a partir do momento que o artista ali apresentar o seu trabalho, um trabalho que venha a edificar realmente a cultura, o ser humano, para que as nossas crianças e adolescentes convivam com uma cultura realmente que faça o crescimento, tanto na música, como na dança e em tantas outras atividades importantes. Eu sei também, eu gostaria, eu cheguei, eu não consegui ouvir toda sua fala, mas saber, se o valor, que foi solicitado ao governo federal para os festejos farroupilha, já está contemplado, aproveitando a oportunidade de o senhor estar aqui, gostaria de saber, se esse valor, que é importante para todos nós gaúchos, já foi contemplado e se já está aqui, ou pelo menos viabilizado para nossa Porto Alegre, que faz o maior festejo farroupilha do Rio Grande do Sul. Não estando, eu tenho certeza de que os colegas que estão alinhados ao governo federal, poderão ali buscar uma solução para que a Porto Alegre nossa, que tem pressa, que gosta de cultura, que é gauchesca, que se faça o mais rápido possível para aqui estar. Muito obrigada, parabéns novamente, vamos em frente. Porto Alegre tem pressa!

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Sr. Henry Ventura está com a palavra para as considerações finais.

SR. HENRY VENTURA: Obrigado, Presidente, falando aqui da Mesa, já aproveito para fazer uma saudação à ex-secretária de Cultura Margarete, ao Mestre Gavião, que faz parte do Conselho Nacional de Política Cultural. Faço um agradecimento pelas falas e perguntas dos nobres vereadores Comassetto,

Pedro Ruas, Alvoni Medina, Moisés Barboza, Cássia Carpes, Oliboni e a Ver.^a Comandante Nádia. Todas as perguntas, muito importantes, e nós da Secretaria de Cultura e a cultura como um todo, posso mencionar, ficamos muito felizes, e aqui já faço um agradecimento por todo esforço dos nobres vereadores que têm se somado à pauta da cultura nesses anos, junto à administração, à secretaria, seja por meio das emendas impositivas, sendo uma das secretarias que mais recebeu recursos destinados ao setor. Isso demonstra a potência e o reconhecimento da cultura como um *hub* forte na economia, mas também importante para o desenvolvimento social da nossa cidade de Porto Alegre, que tem uma forte tradição na cultura há muitos anos.

As perguntas sobre quando o artista pode acessar, isso é importante: nós temos um próximo trâmite, aguardamos o envio do recurso pelo Ministério da Cultura, assim depositado e a gente tendo o decreto que regulamenta as comissões, os representantes, nós teremos uma portaria para credenciar os representantes das 18 áreas da cultura para o artigo 8º da lei. A partir disso, nós teremos aproximadamente em torno de um mês de debate com a sociedade civil organizada para a construção dos critérios e o formato de como nós vamos executar; isso vai ser direcionado pelos representantes dos 18 setores da comunidade do eixo oito, que são aqueles R\$ 3 milhões, Ver. Pedro Ruas, que é destinado às linguagens artísticas, e aproximadamente R\$ 8 milhões que é para o setor do audiovisual, como nós apresentamos. A partir desses critérios estabelecidos, nós vamos começar a fazer a formatação do edital junto com as comissões para lançá-los. Lançando o edital, ali por volta de agosto e setembro, nós teremos já a oportunidade em agosto, seguindo o cronograma estabelecido, que os artistas possam acessar e concorrer... Quem organiza os editais é o Município de Porto Alegre. O governo federal fez apenas o repasse e fez a regulamentação, então, a partir disso, por agosto e início de setembro, nós teremos os editais para que a classe artística possa acessar, e então a gente encaminha a tramitação para a execução desses recursos, enfim, das atividades. Importante salientar que a secretaria vem trabalhando, nobres vereadores, para ter uma equipe que auxilie os artistas, os produtores, enfim, todos os

trabalhadores da cultura para que possam, Ver. Cassiá, apresentar as suas propostas e consigam vencer todas as documentações exigidas e credenciamento. Teremos uma equipe para uma busca ativa aos artistas e um auxílio. Sabemos que a questão burocrática na Cultura é muito complexa, a legislação federal não favorece em forma nenhuma a aplicação dos recursos para os artistas, principalmente, Ver. Cassiá, os artistas de rua, artistas de chapéu, pois exige uma série de documentações, e isso atrapalha e afasta até que esses artistas possam acessar. Dentro disso, respondo que essa Lei Paulo Gustavo vai estar à disposição dos artistas de rua, e acrescento mais, vereador, que nós vamos agora no segundo semestre, retomar o Festival de Música de Porto Alegre, com uma categoria para os músicos de rua, artistas de rua. Então nós estamos dando total atenção a esse setor importante e produtivo da Cultura. E Porto Alegre tem uma forte tradição, nesses fazedores de cultura que se manifestam nas ruas, nas praças e na área urbana da nossa cidade. Teremos, para além disso também, um auxílio, uma equipe para nossa busca ativa para atender, toda a equipe da Secretaria de Cultura vai estar à disposição. Enfim, nós vamos fazer todos os encontros necessários para tirar as dúvidas dos artistas para que o acesso, e que a gente possa fazer a boa aplicação da legislação da lei e dos recursos. O trabalho que nós estamos fazendo é para que possamos executar 100 % dos recursos que são encaminhados a Porto Alegre, reiterando que é uma lei que foi aprovada em 2022 pelo Congresso Nacional, uma lei que teve um forte e amplo apoio da Câmara de Deputados, o Senado Federal. Reconhecendo, como foi mencionado pelos vereadores, aqui, o setor da Cultura que foi o primeiro setor a parar na pandemia e o último a voltar. Bom, reitero também e eu gostaria de aproveitar aqui para salientar que nós estamos construindo de forma muito ampla e democrática, vereadores, todas as propostas, ouvindo, e nós estamos à inteira disposição dessa Casa e dos demais departamentos da sociedade civil para fazer os ajustes necessários para a boa aplicação da lei.

Por fim, poderia dimensionar que tramita também aqui, e pincelo, eu sei que o tema principal não é esse, mas que tramita aqui com todo o carinho, peço

atenção e coloco à disposição, Presidente, para um outro momento, mencionar sobre a proposta de Lei de Incentivo à Cultura Municipal que foi encaminhada pelo Prefeito Sebastião Melo, uma lei que vem sendo esperada pela comunidade artística há mais de 40 anos na cidade, uma proposta de lei que vai ampliar, auxiliar, a ter mais um instrumento de fomento à cultura, possibilitando que a gente possa reforçar este setor produtivo da economia da cidade, o setor artístico-cultural de Porto Alegre. Muito obrigado mais uma vez e estou à disposição.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, secretário.

Vereador Engº Comassetto (PT): Sr. Presidente, objetivamente agradecendo a exposição aqui do secretário, nós tínhamos a expectativa, quando discutimos com a presidência, que já haveria neste momento os termos do edital, o senhor acabou de falar que ele está em construção. Bem, nós queríamos lhe sugerir, e certamente o Presidente irá lhe convidar, que, quando tiver esses termos antes de publicar, se puder vir dialogar, até mesmo pela pergunta que o Ver. Cassiá Carpes fez, se ela contempla ou não no edital. Então nós gostaríamos de poder contribuir com o senhor ainda para fortalecer este edital, enfim, ter os diversos olhares.

Por último, em nome aqui da bancada da oposição, que está construindo o governo Lula, dizer para a Ver.^a Comandante Nádia que certamente nós já estamos empenhados e esta lei é o resultado dessa nova política para cultura. O senhor pode contar conosco para qualquer diálogo necessário com o governo federal. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Eu quero cumprimentá-los; cumprimentar a ex-vereadora Margarete, que também foi secretária da Cultura; aos senhores que aqui estão e dizer que, como ex-secretária da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, é muito bem-vindo este projeto e principalmente verbas para fomentar projetos culturais, porque, no momento em que nós temos esse tipo de projeto, nós estamos movimentando a economia, é todo um leque, é emprego, é a gasolina que se vende no posto, é a comida que se vende no restaurante, é o hotel que hospeda, então é muito importante. A cultura tem que ser vista como economia também, a importância de movimentar a economia. Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Agradecemos a presença do Sr. Henry Ventura, Secretário Municipal de Cultura e Economia Criativa que veio falar sobre a aplicação da Lei Paulo Gustavo do Município de Porto Alegre. Também agradecemos a presença da sempre vereadora Margarete Moraes, do Mestre Gavião, sejam muito bem-vindos. Suspendo a sessão por dois minutos para fazermos o registro das fotos oficiais.

(Procede-se ao registro fotográfico.)

(Suspendem-se os trabalhos às 15h08min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (15h14min) Estão reabertos os trabalhos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Ver.^a Karen Santos solicita Licença para Tratamento de Saúde no dia de hoje, dia 5 de julho de 2023.

Apregoo o processo SEI nº 154.00026/2023-90, de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação na Cerimônia de Posse da diretora e do vice-diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul,

respectivamente, Juíza Federal Carla Evelise Justino Hendges e Juiz Federal Fábio Dutra Lucarelli, em Porto Alegre, às 17h, no dia 5 de julho de 2023 - SEI nº 154.00026/2023-90.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. José Freitas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Boa tarde, Sr. Presidente, colegas vereadores, público que nos assiste. Subo a esta tribuna para homenagear a Igreja Universal do Reino de Deus, que completa 46 anos, no dia 9 de julho. Foi fundada em 1977, pelo bispo Edir Macedo, e tem desempenhado um papel significativo na vida de milhões de pessoas ao redor do mundo. Sua atuação na promoção da fé, assistência social e desenvolvimento comunitário tem sido reconhecida e celebrada ao longo dos anos. Sou autor da [Lei nº 12.735](#), que os colegas vereadores ajudaram a aprovar nesta Casa, o Dia da Igreja Universal. A motivação surgiu em função de conhecer a fundo o importante trabalho espiritual e social realizado pela entidade. A Universal está presente em mais de 134 países, nos cinco continentes, com 13 mil templos e 17 mil bispos e pastores. No Brasil, hoje, a igreja conta com mais de 8,7 mil templos espalhados por todos os 27 estados e no Distrito Federal. Desde os primeiros anos de existência a Universal desenvolve programas sociais, amparando segmentos esquecidos e marginalizados pela sociedade, como pessoas em situação de rua, detentos, comunidades carentes, mulheres vítimas de violência doméstica e viciados em drogas. Os governos economizam milhares de reais através dos trabalhos desenvolvidos pelas igrejas e pelas ONGs.

Aqui alguns dos programas sociais da Igreja Universal do Reino de Deus, temos 15 programas sociais, com mais de 296 mil voluntários no País: Evangelização, Obreiros, Força Jovem Universal - que é o pulmão da Universal, a força dos jovens na propagação do evangelho e programas sociais - Força Teen Universal, Grupo Calebe, Grupo Arimatéia, Escola Bíblica Infantil, Grupo da Saúde Universal - GSU, Grupo UNP - que é a Universal nos presídios -, Grupo Resgate,

Unigrejas, Depressão tem Cura e Cura dos Vícios. Inclusive o Ver. Alvoni Medina e eu somos pastores da Igreja Universal licenciados, porque estamos na política, e reconhecemos o trabalho desenvolvido pela igreja ao longo desses 46 anos, ganhando almas e estendendo a mão amiga para os mais necessitados. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o Ver. Hamilton Sossmeier, nosso Presidente; colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. Eu vou pedir ao nobre diretor legislativo Luiz Afonso que coloque ali as imagens do Parque da Harmonia, Parque Maurício Sirotsky Sobrinho.

(Procede-se à apresentação.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Inicialmente, ali, os senhores poderão verificar como era o parque. O Parque Maurício Sirotsky Sobrinho todo arborizado, com grama, os senhores vão verificar, logo em seguida, o Centro de Tradições Gaúcha, cultural, que foi construído nos nossos governos anteriores, que é o Centro Cultural do Parque da Harmonia. Estão vendo aquela área grande, olhem só a vegetação que ali está, olhem que maravilha era esse parque! Estou dizendo “era esse parque” porque os senhores estão vendo agora como ele está. Olhem as imagens de como está o Parque da Harmonia ou o Parque Maurício Sirotsky Sobrinho!

Essa é a grande questão, quem está fazendo essa grande, eu diria, devastação no parque? Tem autorização? Tem a licença ambiental? Tem aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA? Olhem só na última chuva o que aconteceu onde colocaram asfalto: cheio de água!

Disseram que esse asfalto era impermeável, não havia problema... Olhem o que aconteceu! Olhem a retroescavadeira arrancando uma árvore, quebrando uma árvore! Essas imagens falam por si só. Eu quero ver o governo apresentar a licença ambiental, a autorização do CMDUA. Olhem só, outra árvore arrancada pela retroescavadeira! Essas imagens são impactantes, e a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, ontem em uma reunião, foi muito dura, muito especial e muito propositiva na medida em que diz para o governo apresentar os laudos, o EVU, apresentar a aprovação do CMDUA, apresentar os laudos de licença ambiental. Essas raízes, árvores que retiraram, ontem à noite retiraram elas do parque, porque, com a decisão da COSMAM, eles limpam o parque, tiraram tudo quanto é tronco, árvores, enfim, retirados pelas máquinas deles.

Terça-feira, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente estará presente no parque, convidamos todos os senhores e as senhoras, porque isso para nós, até que provem o contrário, é crime ambiental. Não é porque estão devastando que nós estamos aqui cobrando os laudos, é que, para nós, claramente, foge muito da utilidade que o projeto encaminhado pelo governo anterior tinha como objetivo central. Segundo a própria GAM3, a empresa que ganhou a concessão, ela teve que fazer algumas mudanças, mas as mudanças foram aprovadas por quem? Pela SMURB. A SMURB tem que encaminhar com o órgão de licenciamento e para a CMDUA, que é o órgão que dá legitimidade para execução das obras, senão é ilegal, é crime ambiental aqui do nosso lado. Como dizem muitos cidadãos: “Estão fazendo uma devastação, uma descaracterização do Parque da Harmonia e vocês não falam nada?” Pois então, a partir de agora a empresa tem sete dias, na terça-feira, para apresentar os laudos, as licenças ambientais. Olhem aquela tombadeira cheia de árvores e raízes. Nós estamos cobrando o que é função nossa. Apresentem as licenças, apresentem a autorização do CMDUA para nós, então, avaliaremos do ponto de vista legal com o Ministério Público, se isso era possível fazer, porque as compensações que ora foram feitas, elas estão muito aquém da necessidade. Segundo a empresa que esteve aqui ontem, foram plantadas 35 árvores e que está prevista uma compensação de mais de 1.500 mudas, e estas mudas, Ver. Comassetto, vão ser plantadas

onde, se nós precisamos recuperar a fauna e flora? Aí está para nós, até que prove o contrário, a clara demonstração de um crime ambiental aqui do nosso lado, no Parque Maurício Sirotsky Sobrinho, no Parque da Harmonia. Portanto, convido a todos os vereadores e vereadoras para se somar a nós, nossa comissão, onde o Ver. José Freitas é o nosso presidente, para acompanhar a visita que faremos com os órgãos do governo e com a empresa na próxima terça-feira, às 14h, no Parque da Harmonia, no Parque Maurício Sirotsky Sobrinho. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSEMEIER (PTB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Presidente Hamilton Sossmeier. Quero tocar num assunto que esta Câmara tem que começar a se posicionar, que é a questão da reforma tributária que está sendo discutida em Brasília, que afeta o nosso Estado, afeta o nosso Município, todos os municípios. Há três PECs na Câmara Federal a respeito da reforma tributária, que estão em debate na Câmara dos Deputados, trazem propostas diferentes para a tributação de consumo do bens e serviços, a partir da instituição de Imposto Sobre Bens e Serviços - IBS, de competência estadual ou municipal.

O que se espera de uma reforma tributária, acima de tudo é que se tenha uma simplificação na arrecadação e na carga tributária, com a unificação de impostos, reduzindo a complexidade tributária do Brasil, o que deveria auxiliar na diminuição do tempo e dinheiro gastos pelas empresas na hora de acertar as contas com o fisco, ou seja, diminuir a burocracia, o que dará ao empreendedor mais competitividade no mercado, baixando seus custos e preços.

Na questão da arrecadação, uniforme e unificada, esperava-se que a repartição do bolo tributário fosse mais equânime e razoável entre os entes federativos, mas não é o que estamos lendo ou assistindo. Na realidade, se a reforma for aprovada do jeito que está, fará com que governadores e prefeitos fiquem

extremamente enfraquecidos e à mercê de uma "mesada" – é aquela história de que vai todo mundo para Brasília de novo, com o pires nas mãos, para pedir ao governo federal o seu direito.

Há muitas críticas em relação a isso, e embora o governo federal negue, a conclusão de um estudo da Associação Brasileira de Supermercado – Abras, que foi entregue ao ministério ou ao ministro Haddad no sábado, assustou, pois aponta que os impostos sobre os produtos que compõem a cesta básica podem subir mais de 60% aqui no nosso Estado. Se for aprovada a reforma tributária como está, segundo os dados, a região que mais deve sofrer com a alta de preço é a Região Sul, com um aumento médio de 93,5%.

Quanto aos serviços, uma das principais preocupações é de que a reforma vai trazer aumento de imposto sobre os principais insumos do setor de transporte: combustíveis, energia elétrica e mão de obra, acarretando no aumento de impostos sobre setores estratégicos do Brasil, incluindo o transporte. No caso do transporte, especificamente, o aumento da carga tributária irá trazer um acréscimo da tarifa que é paga principalmente pela população de menor renda, terá de ser subsidiado pelos municípios, os quais, além de perderem a competência e autonomia financeira com a reforma, sofrerão aumento na despesa pública, em virtude de o aumento do valor da tarifa levar à necessidade de se subsidiar o serviço.

Além da reforma tributária em si, está passando despercebido na pauta um projeto que pode piorar ainda mais a condição do pagador de impostos, que é a retomada do voto de qualidade ou de minerva no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, o que é um grande retrocesso, pois, desde 2020, quando há empate no julgamento de processos fiscais no Conselho entre a União e os contribuintes, esses são favorecidos. Caso a mudança seja aprovada e o desempate passe a ocorrer em favor da União, o governo espera arrecadar R\$ 50 bilhões aos cofres da União só neste ano. Portanto, reforço a importância da estruturação de uma reforma ampla e discutida, que traga justiça, neutralidade e simplicidade ao sistema tributário nacional, sem aumento da atual carga tributária global e setorial.

Quero falar isso porque nunca votei aumento de impostos, seja nesta Casa ou nos dois mandatos em que estive na Assembleia. Vai ser uma romaria em Brasília, gente. Vocês imaginem a Prefeitura ter que fazer um grande investimento e ter que ir a Brasília pedir dinheiro a todo momento. Não, o ISS é nosso, é o imposto de serviço da cidade. Nesse sentido, Presidente, nos posicionamos: essa reforma tem que ser muito bem pensada; caso contrário, vai prejudicar a maioria dos municípios e estados da nossa Nação. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Prezado Presidente Hamilton Sossmeier, vereadoras, vereadores, público nos assiste aqui e pela TVCâmara, o Ver. Aldacir Oliboni trouxe uma denúncia extremamente forte e importante no dia de hoje. Eu havia visto já a manifestação do nosso grande ambientalista Paulo Brack e recebi, há pouco, um telefonema de Jair Krischke, presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, neste sentido de estabelecer essa denúncia forte contra o que estão fazendo no Parque da Harmonia. Aliás, sobre o Jair Krischke é bom lembrar que atuamos juntos em 1994 para salvar este parque do que queriam fazer naquele período, e nós conseguimos. E o que está acontecendo agora, vereadoras e vereadores, é a devastação absoluta, total, muito maior do que era previsto pra 1994; muito maior. Agora não sobra nada do parque. A medida compensatória, Ver. Oliboni, não tem onde fazer. Aonde vão plantar as 1.500 plantas? E o EIA-RIMA, que nunca apareceu? O EIA-RIMA, onde está? Como pode essa concessão se transformar numa destruição? É a destruição de uma imensa e importante área verde que caracteriza Porto Alegre, aliás, o lugar dos festejos gauchescos, todo ano, em setembro, por sinal um local de estudo dos ambientalistas com espécies de plantas que só tem ali. Não há em outro local. Portanto, a destruição do Parque da Harmonia, do Parque

Maurício Sirotsky Sobrinho é algo que não se explica. Não se justifica, muito menos, porque não é possível que não se tenha um mínimo de compromisso com o ambiente que nos cerca. E se não temos em relação à nossa geração, às nossas gerações, pelo menos com as gerações futuras. E com um conceito de Porto Alegre; diminuem os metros quadrados que Porto Alegre tem de verde. Na verdade, retira Porto Alegre de uma situação, até certo ponto, justa e privilegiada, enquanto tinha algumas áreas verdes como essa. Não é possível! É, sim, Ver. Oliboni, é crime ambiental! É delito ambiental, e como tal deve ser tratado. É Código Penal! Precisa da intervenção do Ministério Público Estadual. Nós precisamos chamar o Ministério Público para atuar fortemente. Não precisa ser CPI, não precisa nada. Está ali o crime, aqui ao lado, os autores sabemos quem são, o delito está materializado. Agora é hora do processo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Registramos as presenças dos secretários Cassio Trogildo e Cezar Schirmer.

A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, colegas vereadores, secretários presentes, imprensa, público que nos acompanha aqui na TVCâmara. Hoje, a vice-líder do governo solicitou o art. 81 da [Lei Orgânica do Município](#), caráter de urgência para votarmos na última sessão, antes do recesso, o aumento do subsídio do prefeito. E esse projeto, como já diria o economista e cientista político Frédéric Bastiat, que, por sinal é um liberal, como nosso vice-prefeito, ele tem o que se vê e o que não se vê. Por isso eu queria trazer para todos vocês, e até os vereadores, pois esse projeto foi derrubado há seis meses e hoje ele vem maior ainda, com um aumento do subsídio ainda maior. E o a gente não vê por trás desse projeto? Porque é sobre dar luz a isto que a população de Porto Alegre precisa saber, a imprensa e os demais vereadores. É sobre o que não se vê. Esse aumento se dá, porque nós temos alguns servidores do Município, uma centena, que ganham acima do teto

remuneratório do prefeito, ou seja, eles deveriam ganhar menos que o prefeito, mas hoje está limitado pela Constituição eles receberem o subsídio do prefeito. Esse aumento, que vem com impacto para esta Câmara de vereadores de R\$ 3 milhões anuais, está errado, porque ele aumenta o salário de todos esses servidores, uma centena de servidores que ganham acima do teto do prefeito. Esse impacto orçamentário, para a população de Porto Alegre que carece de serviços públicos, é estimado em mais de R\$ 30 milhões. E o que a gente vê é que esse aumento está sendo contemplado, justificado, pela Prefeitura, como a dificuldade de trazer secretários de qualidade para a Prefeitura de Porto Alegre, o que nós consideramos meritório. Precisamos ter ótimos secretários na Prefeitura de Porto Alegre, ótimo secretário de educação, de saúde, de mobilidade, de cultura – como o secretário que está presente –, de planejamento e, para conseguir esses bons secretários, precisamos remunerar bem. Então, a bancada do partido Novo coloca uma emenda neste projeto, e gostaria que todos vereadores prestassem atenção agora. Colocamos uma emenda, com esse acordo para aumentar o subsídio dos secretários e secretários adjuntos, contemplando o aumento dos secretários atuais e secretários adjuntos. E não contemplando o aumento do prefeito, pois o aumento do prefeito poderá se fazer no final do ano que vem, quando tivermos um novo prefeito ou prefeita eleita, e que esse prefeito ou prefeita repactue com a população de Porto Alegre, com 1,5 milhão de habitantes, seu novo salário, e que agora tenhamos a seriedade dos cofres públicos e das finanças municipais de aumentar o salário dos secretários e dos secretários adjuntos, pois com isso nós garantimos a seriedade do Orçamento municipal. Eu, como presidente da Comissão de Finanças, como mestre em finanças e formada em administração de empresas tenho a seriedade do cumprimento que temos que ter com as finanças municipais. E é por isso que essa emenda será colocada pela bancada do partido NOVO, abro o bloco para todos os vereadores desta capital assinarem junto. Uma vez que já está dito pelo próprio prefeito que esse aumento servirá para o próximo prefeito, que este eleito repactue com a sociedade, e não coloque sendo aprovado agora. A gente sabe que tem um direcionamento, pois esse aumento é para aumentar uma casta dos

servidores públicos, uma centena que ganha quase R\$ 40 mil. E reforço: o prefeito de Porto Alegre está aumentando em 5% o salário de 34 mil servidores municipais, entre ativos e inativos, esses ganharam 5%, e nesse projeto de lei que será votado semana que vem está aumentando em 80% o salário de uma casta do funcionalismo público. De 80% de aumento para 100 servidores, mas 34 mil servidores foram contemplados com apenas 5%. Eu tenho certeza que a seriedade que o prefeito Sebastião Melo teve em dar 5%, considerando as finanças públicas, ele terá ao não aumentar o seu salário em 80%, e sim garantir que o novo prefeito de Porto Alegre repactuará com a sociedade o seu salário. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Vitória Cabreira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA VITÓRIA CABREIRA (PCdoB): Boa tarde, Presidente Hamilton Sossmeier, a quem nos acompanha aqui no plenário, pela TVCâmara, eu quero utilizar o tempo de liderança da bancada do PCdoB, do meu partido, para falar sobre o acesso da juventude nos espaços de lazer e nos espaços de cultura aqui da cidade. E quero falar sobre isso aqui porque nós tivemos na última semana, e ontem também, notícias de professoras, inclusive da rede municipal aqui da cidade, da Escola José Loureiro da Silva que fica localizada na Cruzeiro, de fazer esforços para poder levar os seus estudantes, os seus alunos, pela primeira vez ao cinema. E com todo esse esforço que os professores têm feito, de garantir que a juventude, que as crianças da periferia da nossa cidade possam ocupar os espaços de cultura, a gente também precisa trazer esse debate para esta Casa para poder fazer com que a Câmara Municipal de Porto Alegre também seja responsável por incentivar ações de cultura, incentivar ações em que a juventude possa ocupar mais espaços da cidade. E a gente diz isso porque nós temos diversos espaços em Porto Alegre, mas eles ainda não estão democratizados para que a nossa juventude possa ocupar. Nós temos o Iberê,

nós temos a Casa de Cultura Mário Quintana, que a gente não vê a juventude chegar.

Eu quero aproveitar esse debate, porque nesse final de semana, nós – eu sou coordenadora de um projeto social chamado Sobre Nós –, junto com o Discípulos de Rao, que é o movimento de torcedores do Inter, a Banda da Guarda Popular e o Museu do Inter, vamos levar dezenas de crianças em situação de vulnerabilidade social para conhecer o Beira-Rio, vê-lo pela primeira vez. Isso por que nós entendemos que as crianças que hoje estão localizadas nos bairros periféricos da nossa cidade precisam ter direito ao acesso ao esporte e lazer. E quando a gente trava esse debate, nós precisamos falar também sobre e inclusive, a orla, um espaço que é debatido aqui na Câmara Municipal, mas quando a gente trata sobre ele, a gente precisa lembrar que nós temos milhares de jovens cujos ônibus, linhas que saem dos seus bairros, não contemplam ainda a chegada até a orla. Esses mesmos jovens não conseguem, por exemplo, Ver. Idenir Cecchim, líder do governo, ter acesso ao Tri escolar que foi retirado dos estudantes e ninguém mais tem acesso ao domingo. Então nós temos um grande espaço no centro da cidade em que a juventude não consegue chegar. Além disso, eu quero trazer o mesmo tema que o Ver. Oliboni trouxe aqui, que é a questão do Parque Harmonia. Ontem o Ver. José Freitas presidiu a COSMAM que, inclusive, deliberou por solicitar à Prefeitura a paralisação das obras, e o que nós temos enfrentado ainda é passar do lado do Parque da Harmonia e a obra está acontecendo, as árvores estão sendo derrubadas e nada é feito. Aquele era um espaço que a periferia ocupava, onde as pessoas saíam da sua casa para utilizar churrasqueiras, onde as pessoas saíam das suas casas para poder ter um espaço de lazer gratuito e hoje a Prefeitura também tem acabado com este espaço. Então é importante nós reforçarmos isso, porque nós precisamos construir uma vida digna para as crianças e para os jovens da nossa cidade, e isso passa por ter acesso aos espaços de lazer, passa a ter acesso aos espaços de cultura da nossa cidade. Antes de terminar a minha fala, eu quero aproveitar aqui também para comemorar duas vitórias históricas que o movimento feminista teve na última segunda-feira que foi a sanção do projeto de

lei de igualdade salarial entre os gêneros aqui no nosso País e também o bolsa atleta para as atletas gestantes e mães de recém nascidos. Esta é uma luta histórica do movimento feminista, nós sabemos que as mulheres brancas recebem 30% a menos que os homens, quando nós falamos das mulheres negras a diferença é ainda maior e nós precisamos fazer com que a igualdade salarial entre gênero exista para que as mulheres possam ter a sua liberdade, a sua emancipação econômica inclusive. Porque, quando nós falamos de salário, quando nós falamos da diferença salarial, nós estamos tratando sobre a emancipação dessas mulheres, sobre a liberdade de elas poderem ter uma vida mais digna e o bolsa atleta que é uma luta histórica. Nós sabemos que, quando uma mulher atleta tem alguma lesão, ela pode ficar licenciada recebendo seu salário. Quando ela é mãe, isso ainda não existia, a partir de agora isso existe, é uma conquista do movimento feminista, mas é também uma conquista do Presidente Lula que nos ouviu e sancionou os projetos de lei.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, pouco se tem falado dos planos de saúde particulares. Pois bem, segundo pesquisa do IBGE, os brasileiros têm a esperança de viver em média 85 anos, hoje a média é 75 e meio, com saúde e com a possibilidade de se pagar um plano de saúde, mas a Agência Nacional de Saúde não pensa assim, tanto que fixou o percentual máximo de reajuste para os planos de saúde individuais ou familiares no índice de 9,63% para 1º de maio de 2023 a 30 de setembro de 2024. Então essas diferenças de mensalidades ainda não deram para sentir, mas estão bem noticiadas, vamos dizer assim, sem grande repercussão, mas se pesquisar, tem várias notícias. Então esses reajustes de maio a junho serão cobrados em julho e agosto, e aí vem mais o percentual de 9,63%. E outra, o Superior Tribunal de Justiça aprovou, em março,

outro aumento, pela faixa etária, que não tinha. Então, numa situação em que vemos tantas pessoas desempregadas, o comércio fechando, indústrias reduzindo o número de lojas, de filiais, em geral, no Brasil, como vamos pagar todos esses aumentos? Em dezembro de 2022 nós tínhamos 50 milhões de usuários em planos de assistência médica, sendo 8 milhões e 900 mil familiares ou individuais. Então é preocupante, porque depois de uma determinada idade precisamos fazer acompanhamento da saúde, consultas, exames, e a gente sabe de todas essas dificuldades. Muitos aposentados têm outras prioridades e não conseguirão pagar todos esses reajustes que a Agência Nacional de Saúde fixa e não tem a preocupação de ter um valor que possa ser um percentual menor, tanto que se somar os dois últimos aumentos, eles foram muito maiores do que o indicador econômico. Pois outra preocupação é que o SUS não cresceu, não se preparou para receber esta provável demanda da classe média que vai migrar, sim, para o SUS, que não tem como pagar R\$ 3 mil para duas pessoas, R\$ 3.400,00 para se ter atendimento semiprivativo em hospital. Esse impacto vai ter sim no orçamento doméstico, e pelo que se há noticiado, 16% dos usuários de planos de assistência médica no Brasil são 8 milhões de beneficiários. Então esse alerta, já que ninguém está falando dos planos de saúde da nossa classe média, daquelas pessoas que se aposentaram e que estão habituadas a um atendimento mais ágil, a um atendimento mais diferenciado, com maior tempo de dedicação. Isso está ameaçado, e também podemos dizer que vai impactar, de forma negativa, o Sistema Único de Saúde. Como eu disse, ele não cresceu para atender a esta nova demanda, porque já tivemos, tempos atrás, principalmente no pós-pandemia, a migração para o sistema único daqueles que não conseguem pagar um plano particular. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Boa tarde, Presidente Hamilton, todos os que nos acompanham; quero agradecer ao líder da nossa bancada, Ver. Gilson Padeiro, e também ao vice-líder, Ver. Marcelo; eu subo a esta tribuna com muita responsabilidade e muita coerência, para fazer uma reflexão que fique registrada aqui após eu ouvir os colegas que me antecederam. Em primeiro lugar, para nós, nosso ex-Presidente da Casa, Tessaro, é muito fácil defender o projeto que visa à melhor valorização dos secretários municipais e do prefeito que virá a ser prefeito na próxima gestão, que não sabemos quem é. Eu fico realmente estupefato com o posicionamento do partido NOVO nesta Casa. É de uma demagogia como o partido NOVO faz o seu discurso, é dum populismo raso, eleitoreiro, populista que beira o ridículo. Eu fui, publicamente, defender o reajuste do governador Zema, do partido NOVO, lá em Minas Gerais, que reajustou o seu salário, se não me engano, em mais de 200%, porque eu acredito que ele realmente.... E não interessa se ele usa ou não usa o dinheiro, se ele é milionário, se ele não é, mas lá eles sabem que não é justo, como em Porto Alegre, um prefeito – e eu não estou falando do prefeito Sebastião Melo, estou falando do futuro prefeito, Alexandre, da capital – chefiar um orçamento bilionário e ganhar menos do que muitos subordinados seus, muitos! Eu também me pergunto, quando vejo o secretário da habitação, o secretário André, que tem também um orçamento grande, bilionário e, no fim do mês, tem que conviver ali com seus R\$ 10 mil, em média. Eu fico pensando que secretários nós temos na capital, que abdicam, com seus currículos maravilhosos, de ir para iniciativa privada, para vir para o setor público. E também lembro aqui, presidente Hamilton, que esse partido foi contra inclusive, se não me engano, que nós tivéssemos estagiários nesta Casa. Vários vereadores aqui foram contra, para ganhar voto aqui neste microfone, mas pediram o estagiário depois. Vários vereadores sobem aqui, fazem um discurso populista, eleitoreiro, mas, depois, não rejeitam o aumento. Depois, não rejeitam o estagiário. É demagogia pura! E eu gostaria de fazer esse discurso aqui apenas contra a oposição, porque eu tenho certeza que tem vereadores, no PT ou PCdoB ou PSOL, que, no fundo, sabem que tem que rever e que tem que aumentar, sim, para a próxima gestão,

o salário dos prefeitos, que pode ser inclusive que sejam do campo ideológico deles. Eles, no fundo, sabem, mas não podem vir aqui dizer o que eles realmente pensam, eles não podem vir aqui dizer o que eles realmente sentem, que é o justo, porque ou o partido, na disputa do poder, não permite, ou eles querem o discurso fácil, assim como o Partido NOVO. Lamentável! Lamento muito que, na hora, entre a coerência e a justiça, a demagogia e o populismo do partido NOVO e dos partidos da esquerda, sempre, atualmente, o que ganha é o discurso raso e eleitoreiro. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente Hamilton; colegas vereadores, público que nos acompanha através das plataformas digitais, da TVCâmara, da Rádio Câmara, das redes sociais. Saúdo os nossos sempre colegas Cezar Schirmer, o Cassio Trogildo, que hoje representam o governo. A Prefeitura de Porto Alegre, há dois meses, entregou para a população o Certa – Centro de Referência do Transtorno Autista - na cidade de Porto Alegre, que funciona ali na Av. Bento Gonçalves, entre a Igreja São Jorge e o Sanatório São Pedro. Um espaço de acolhimento às famílias autistas.

Nós temos já, após a Comandante Nádia intermediar, junto com outras duas instituições, a cedência da Escola Professor Ernesto Tocchetto, lá na Av. Sertório, para abrir o Certa+, que vai receber desde crianças de 12 anos, adolescentes e adultos até seus 32 anos, mais ou menos, que será um outro centro de referência do autismo. A ideia é que sejam oferecidas lá todas as terapias que permitem que um autista tenha a sua autonomia, além de cursos profissionalizantes, para que esses autistas possam ingressar no mercado de trabalho.

Ontem nós tivemos uma notícia bárbara: a Conferência Nacional de Saúde agregou ao SUS a educação física. Agregou. Então, será mais uma das terapias para as crianças autistas.

E eu uso este tempo de liderança do meu partido para dizer aos colegas o que eu já venho dizendo - na inauguração do Certa e também em outras reuniões -, que o maior legado da discussão do autista, além do Certa, do Certa+, a casa de acolhimento que esta Casa aprovou, o maior legado do autismo que a gente discute, Ver. Pedro Ruas, Ver.^a Comandante Nádia, Ver. Conselheiro Marcelo, que me ouve atentamente, é estarmos discutindo isso, é a Casa estar envolvida no autismo, que estava escondido há dez anos, era uma questão só de quem tinha uma criança autista. Hoje esta Casa, em todas as suas bancadas e seus membros, discute o autismo.

E venho aqui fazer um apelo aos colegas: dediquem uma porcentagem das suas emendas impositivas para o autismo. Na semana passada, estive visitando o Lar São João Batista, uma casa que atende mais de 70 crianças autistas e demais comorbidades, microcefálicos, síndrome de Down e uma série de outras. Uma casa maravilhosa, uma casa que tem até o sonho que nós temos de ter no Certa e no Certa+, uma piscina para que as crianças tenham sua autonomia. Uma casa que precisa de ajuda, que precisa de recursos, que faz um brilhante trabalho e só tem um convênio no Município, que é com a FASC; não tem convênio com a saúde, com a educação, não tem nenhum outro convenio com a Secretaria de Cultura, com a Secretaria de Esportes, mas que precisa de convênios com a Prefeitura de Porto Alegre e precisa do auxílio da sociedade, precisa do auxílio desta Casa, com as emendas impositivas. Novamente, nós vamos dedicar 90% das nossas emendas impositivas para o Certa, para os autistas, e vamos destinar R\$ 150 mil das nossas emendas impositivas para que o Lar São João Batista possa arrumar sua piscina, para que possa ter um tapete sensorial para autistas que lá frequentam.

Então, viemos aqui, em nome das mães, dos pais, das crianças e adolescentes autistas, fazer esse apelo a todos os vereadores e a todas as bancadas: destinem uma parte, principalmente a da saúde, uma parte das demais emendas

disponíveis para o autismo, para as crianças e adolescentes autistas, para a Certa, para as instituições que trabalham com o autismo na cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereadora Comandante Nádia (PP): Sr. Presidente, como não podia fazer um aparte em liderança, só quero corroborar aqui com o Ver. Claudio Janta, dizendo que, se todos nós, os 36 vereadores, Presidente, destinássemos R\$ 30 mil, apenas R\$ 30 mil, Janta, da nossa emenda impositiva, o centro do autismo para adultos receberia R\$ 1,1 milhão, que é o previsto para fazer a reforma. Então eu gostaria, sim, que nós pudéssemos, de certa forma, líder Cecchim, fazer com que todos nós tivéssemos essa boa ajuda ao centro de autismo, R\$ 30 mil de cada emenda, dos 36, seria um movimento tão importante aqui para a Câmara e todos os autistas com mais de 12 anos poderiam ser contemplados. Fica aqui a dica, eu acho que os líderes de cada partido poderiam trabalhar isso. Eu fico à vontade em ser a primeira a doar R\$ 30 mil, todos fazendo. Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Sr. Presidente Sossmeier, colegas vereadores e vereadoras, venho a esta tribuna em nome do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, comentar sobre o tema que o País todo comenta hoje e que está envolvendo a todos, inclusive o prefeito Sebastião Melo escreveu um artigo hoje sobre a reforma tributária. O governo Lula, fechando seis meses de governo, vem construindo uma agenda que é magnífica para o Brasil e para o mundo. Primeiro, recolocou o Brasil no cenário mundial. Esta semana assumiu a liderança do Mercosul, e agora é o tema da reforma tributária. No próximo ano, Ver. Márcio Bins Ely, eu vou completar 20 anos aqui nesta Casa, e desde que entrei aqui ouço esse debate sobre o preço da cesta básica, e a reforma tributária agora está tratando um conjunto de temas, inclusive o da cesta básica. Mas eu

queria me referir aqui aos colegas empreendedores, pequenos e médios empreendedores, que prestem bem atenção, têm que ter um profissional de contabilidade, de economia ou jurídico só cuidando dessas questões tributárias, porque, Ver. Oliboni, o conjunto de tributos que têm coloca o pequeno e o médio empreendedor, principalmente, numa agenda em que ele tem que se dedicar por vários dias para poder acertar tudo; e, se esquecer um tributo, fica inviabilizado de tomar crédito, e assim por diante. Então, o primeiro tema que a reforma tributária vem resolver é este emaranhado burocrático da tributação, que vai pegar PIS, Cofins, ICMS, ISS, e criar um único imposto de nível federal. Da mesma forma, um único imposto a nível estadual. Isso criou um consenso nacional; todos os governadores estão apoiando a reforma tributária. Alguns ainda estão raivosos, da oposição, que não querem participar desse debate da construção do País. E aí dizem que vai encarecer! O Brasil está previsto, com a reforma tributária, de ter um aumento, nos próximos anos, de 10% de ganho real do seu Produto Interno Bruto - PIB. A cesta básica vai ficar fora dos tributos. E é para a população que mais precisa comprar. E o que que está incluído hoje na cesta básica? Se pegarmos os alimentos, está a carne, seja carne bovina, suína, de aves, o leite, o feijão, o arroz, as farinhas, farinha de trigo, farinha de mandioca, farinha de milho, a batata, o tomate, o pão, a banana, o açúcar, o óleo, a manteiga, os produtos de higiene, como pasta de dente, sabonete, escova, detergentes, produto que as mulheres utilizam, que as famílias usam. Então esse potencial, Ver.^a Nádia, é um olhar para quem consome. Retirar os tributos do consumo, esse é um dos grandes avanços da reforma tributária, Ver.^a Mônica, e nós sabemos os custos da alimentação. Então isso é uma forma de distribuir renda também. São 34 itens da cesta básica que estão listados para serem colocados. E outro ponto importante é que vai acabar a guerra fiscal entre os municípios, entre os Estados. Quem não lembra aquela polêmica da Ford, que acusaram o Olívio Dutra de ter mandado a Ford embora, mas o ACM, o Antônio Carlos Magalhães, ofereceu mais vantagens, ela foi para lá, e a Justiça comprovou, determinou e disse: “não teve nenhuma responsabilidade política ou fiscal”. Bom, concluindo aqui, quero dizer que vai acabar com a guerra fiscal.

Agora, tem alguns temas, e eu sugiro aqui ao prefeito Melo que escreva um artigo, que se manifeste, pois nós precisamos resgatar os prejuízos que o Município e o Estado tiveram com a Lei Kandir, que já completa décadas e nunca foram repostos esses valores aos governos municipais e ao governo estadual. Portanto, eu concluo aqui dizendo que esse tema da reforma tributária não é um tema fácil, mas ele é um tema necessário. O governo Lula, prezado Schirmer, coloca na mesa e está construindo um consenso nacional para que o País possa crescer até 10% no seu Produto Interno Bruto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Uma brevíssima questão. Logo após o pronunciamento do Ver. Claudio Janta, a Ver.^a Comandante Nádia fez aqui uma proposta aos 36 vereadores de R\$ 30 mil de emenda impositiva. Esse é um tema muito delicado. Eu sou líder de bancada, mas, por óbvio, eu sou responsável, eu só posso falar por mim, porque os vereadores têm as suas prioridades e têm o direito a tê-las. Então eu quero dizer à Ver.^a Nádia e ao Ver. Janta que, em relação a mim, os R\$ 30 mil estão garantidos. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VERADORA FERNANDA BARTH (PODE): Boa tarde a todos que nos ouvem e acompanham pelas redes sociais; boa tarde a todos os presentes aqui no plenário. Bom, não poderia ser diferente vindo desse desgoverno sem bússola – aliás, tem bússola, a bússola é indicando cada dia que passa mais um passo em direção ao comunismo; essa é a bússola; sem dó e nem piedade. Só existe um motivo para a gente ter pressa e celeridade por parte do governo para apoiar essa reforma tributária, é encher os cofres do governo federal de dinheiro, para assim poder esmagar, subjugar mais ainda os municípios e os estados, fazendo com que todos tenham que passar a reverenciar, toda semana, Brasília, com o chapeuzinho na mão, pedindo recurso. Nada mais esquerdista, nada mais

comunista do que isso! Tirar a autonomia dos outros, centralizar o poder econômico, e aí ditar absolutamente todas as regras. Vocês já pensaram como vai ficar Porto Alegre se essa reforma passar do jeito que está? O prefeito Melo vai ter que ficar batendo lá, pedindo penico para o governo petista. Isso não pode passar! Eu sou municipalista, os recursos têm que ficar na no município, que é onde a gente tem o acesso à saúde, à educação, é onde a gente precisa de asfalto nas vias, é onde tem recolhimento de lixo, é onde a gente vive, onde a gente tem os serviços públicos. Essa reforma deveria ter o caminho inverso. Ela deveria descentralizar poder, ela deveria deixar mais recurso na mão dos municípios e do estado, menos recursos na mão do governo federal. Essa reforma tributária ainda tem um dom maligno de destruir completamente a classe média. Aí vai ser assim como a esquerda gosta, estilo Cuba e Venezuela. É só pobre e ultrarrico. Os pobres seremos todos nós que trabalhamos pra pagar os impostos; os ultrarricos são aqueles amigos do partido que tem empresas que adoram capitalismo de estado pra ganhar uma benesse do BNDES ou de algum outro esquema, como a gente viu tantas do governo Lula e Dilma fazerem. Meus amigos, eu vou ler aqui. O desgoverno Lula, depois de prometer picanha ao pobre, vai entregar uma reforma de impostos altos; uma reforma que atrai investimentos e empregos para o País, de forma alguma; uma reforma que simplifica e reduz impostos, nem pensar; uma reforma que incentiva o empreendedorismo, imagina, se alguém ainda abrir um negócio ou prestar um serviço depois dessa reforma, é ou porque não entendeu nada ou porque não tem contador. A única coisa que essa reforma atrai para o nosso País é fome, desemprego e miséria. Um estudo da Associação Brasileira de Supermercados – Abras afirma que a cesta básica pode sofrer uma alta de impostos de quase 60%. Para não me acusarem aqui de *fake news*, vamos lá, 59,83% de alta da cesta básica. Esse governo não está nem um pouco preocupado com o pobre, essa é a realidade. Eles querem o pobre dependente de assistencialismo, porque pobre que deixa de ser pobre, pobre que não precisa do governo – ah! – esse pobre fica perigoso, pode votar em outra pessoa de outro partido. Na região sul, o aumento será de 93,5%; no centro-oeste, 69,3%; no sudeste, 55,5%; no norte,

40,5%; no nordeste, 35,8%. Essa reforma atrai desemprego. O setor de serviços, eventos e lazer que já foi o que mais sofreu durante os dois anos da pandemia, no famigerado “fecha tudo”, vai ser o setor mais afetado por essa reforma tributária de quem só gosta de rico. O setor de serviços, que representa 70% do PIB brasileiro, vai ter um aumento de carga tributária terrível. Essa reforma está na contramão da competitividade e no caminho do desemprego. Enquanto tudo isso acontece, o descondenado Lula com a sua “Esbanja” passeia pelo mundo e gasta R\$ 7,3 milhões com hospedagens nas viagens que fez só nos últimos seis meses. E sabe quem paga essa conta? O brasileiro que sai todo dia para trabalhar. E essa conta vai aumentar, porque eles vão ter mais dinheiro no bolso deles para esbanjar e não ter nenhuma responsabilidade de para onde vai, além de patrocinar a reeleição dos seus amigos tiranos comunistas que têm eleições muito em breve e fazem parte do famigerado Foro de São Paulo. Obrigada.
(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, Presidente Hamilton Sossmeier, colegas vereadores, eu vim falar aqui hoje sobre as cenas de horror que eu e o Ver. Ramiro Rosário vimos ontem, um verdadeiro palanque eleitoreiro na COSMAM. Infelizmente, mais uma vez, a vanguarda do atraso quer impor a sua verdade e dizer que a concessionária – que está permitida inclusive com a autorização desta Casa, nós votamos, no governo anterior, essa concessão – está errada. Os lacradores querem dizer que lá está tudo errado, que lá acontece um desequilíbrio do meio ambiente. Mas eu quero contar história de como tudo aconteceu no Parque Harmonia: Curt Zimmermann, nos anos 80, iniciou a história de fazer aqui em Porto Alegre um local onde os gaúchos pudessem mostrar suas tradições, sua cultura, e pasmem, para aqueles que não sabem, o local onde está hoje o Parque Harmonia era o Guaíba, era o nosso Guaíba que foi aterrado. E naquela época, graças a Deus, não haviam os lacradores dizendo

que a flora, a fauna e o meio ambiente do Guaíba, do nosso Guaíba, estavam sendo destruídos. Pois bem, o sonho foi realizado, só que o sonho dos anos 1980 precisa ser customizado, Porto Alegre precisa trazer o turismo, Porto Alegre precisa de emprego, Porto Alegre precisa que os turistas não apenas passem por aqui, mas que permaneçam, tendo um parque temático durante os 12 meses do ano. Quando um turista vem e quer saber onde vai comer um bom churrasco, onde vai encontrar a tradição gaúcha, onde a cultura se faz presente 24 horas, é ali, será ali nesse parque temático do Harmonia que acontecerá. Pois bem, lacradores disseram que as árvores estavam sendo detonadas, mortas, tiradas, como se fosse um verdadeiro arboricídio, como nos falaram ontem. Mas eu vou dizer para os senhores: vamos lacrar menos, vamos pesquisar mais, vamos pedir para o Executivo nos entregar, nos mostrar os documentos. E aqui está o Termo de Compensação Vegetal, que diz, que autoriza que a GAM3, que foi a ganhadora da concessionária, a retirar dali, vou ler pra vocês: 432 árvores. Esse foi o pedido autorizado, sendo que deveriam plantar, ou seja, fazer uma compensação de 1.906 árvores, no mesmo local. Eis que não foram necessárias todas essas árvores, até agora, 101, e, provavelmente, as outras não serão retiradas. Mas 101 foram retiradas, dentre elas, árvores exóticas, árvores mortas; e eu me lembro bem que esses lacradores, vanguardas do atraso, se penduraram, subiram nas árvores, aqui na nossa bela orla do Guaíba, para que não fossem retiradas, àquela época. E esses mesmos lacradores, àquela época da orla do Guaíba, quando veio o ciclone, o temporal, e aquelas mesmas árvores caíram, eu não vi nenhum deles recolhendo um galho sequer. Ainda bem que a orla está aí, com todo o progresso, mostrando empreendimento, e os tais lacradores aproveitando a orla do Guaíba. Quero dizer para vocês que as licenças estão *ok*; compensação do manejo está *ok*; que o Estudo de Viabilidade Urbanística, o EVU foi feito; o CMDUA – Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental, no dia 7 de outubro de 2022, autorizou, ou seja, eu acho que tem vereador que vai pagar mico na história, porque fica feio chamar de arboricidas a mim e ao Ver. Ramiro Rosário, aos gritos, aos xingamentos, de arboricidas, de fascistas e de tudo o mais, inclusive de ridícula.

Mas isso a gente não dá bola, porque eles passarão, e nós passarinho. Esta obra do Parque da Harmonia vai acontecer, queiram os lacradores ou não, queira a vanguarda do atraso ou não, e digo mais, para a gauchada, atenção gauchada, se não acontecer o Acampamento Farroupilha neste ano, a culpa tem nome e sobrenome, que logo em seguida, se for necessário, eu falarei nesta tribuna. Então, queridos, estou cada vez mais convencida de que a lacração para quem não tem pauta, para quem não tem trabalho, tem sido uma máxima nesta Câmara de Vereadores. Que a GAM3, o prefeito, a Secretaria do Meio Ambiente e todos do Executivo continuem fazendo esse trabalho, porque Porto Alegre merece estar, urbanisticamente, com um parque temático do gaúcho mostrando todo seu potencial e trazendo emprego e turismo para quem mais precisa. Muito obrigada, viva a Semana Farroupilha!

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos. A gente observa como nosso ambientalismo é míope, ele se agarra a uma árvore aqui no Parque Marinha, mas ignora a existência de pessoas nadando, literalmente, no esgoto nas favelas aqui de Porto Alegre. Quem fala esta frase é o diretor do IPH, da UFRGS, André da Silveira: o nosso ambientalismo é míope. As pessoas se acorrentam em árvores aqui no Parque Marinha, mas esquecem da criança que está nadando no esgoto na periferia. Interessante isso, não é? Mas eu não sei por que esse pessoal que está tão preocupado com o meio ambiente esquece de falar que o mês de junho foi o mês, em 16 anos, em que tivemos mais queimadas na Amazônia, e, no entanto, nós não vemos aqueles preocupados com as girafas da Amazônia reivindicando contra o nosso Presidente Lula. Quer dizer que o amor venceu o ódio, mas a gente se esqueceu da floresta Amazônia que está sendo queimada e parece que agora o pessoal não está dando bola para isso. Não tinha sido para isso que vocês tinham eleito este governo de

esquerda para combater as queimadas na Amazônia? Cadê este pessoal que estava aqui reivindicando ontem na COSMAM? Por que eles não estão reivindicando, perante o governo federal, uma maior preocupação com aquela que eles dizem que é a maior riqueza da humanidade, que é a nossa floresta amazônica, assim como a questão do cerrado? Esquecem de falar, por exemplo, que o dinheiro dado ao Fundo da Amazônia não vai para os governos combaterem o desmatamento, vai diretamente para as ONGs que utilizam de maneira escusa para enriquecer os seus gerentes e seus administradores. Quando falam que têm preocupação com a Amazônia, com as queimadas, falam isso somente como retórica para enganar os eleitores que não conhecem a realidade das pessoas que, de fato, vivem na Amazônia. O ex-ministro Ricardo Salles falava muito bem, se quer se preocupar com as pessoas que passam necessidade na Amazônia, temos que encontrar fontes de financiamento sustentável para essas pessoas. Não é dinheiro e ONG que resolve esse problema, porque, na verdade, a ONG quer manter essas pessoas numa condição de vulnerabilidade para impactar os doadores internacionais e essas pessoas que mantêm as pessoas em vulnerabilidade enriquecer com o coitadismo dessas pessoas que passam necessidade. Isso acontece em todos lugares do Brasil e em Porto Alegre não é diferente. Acontece, por exemplo, com as pessoas que são moradoras de rua, muitas das pessoas que dizem se preocupar com o social querem manter as pessoas em condição de vulnerabilidade para poder duas coisas: apontar o governo como aquele que não atendeu a uma demanda social legítima e, ao mesmo tempo, poder pedir mais doação, mais ações sociais que, na verdade, servem somente a um propósito político que é beneficiar a esquerda política porto-alegrense nacional. Então fica aqui a minha reivindicação. Na verdade, a preocupação social da esquerda com a questão da queimada, com a questão do desmatamento, com a questão ambiental é muito mais retórica do que, de fato, uma preocupação que busca uma solução. Então fica aqui o meu relato, e espero que esses ambientalistas míopes se preocupem também com as pessoas que precisam sair, por exemplo, de esgoto aqui na nossa capital.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (16h32min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Presidente, nós temos o [Requerimento nº 131/23](#), que precisa ser votado antes de iniciarmos a discussão e votação dos projetos constantes da priorização, já que trata de evento com data marcada para a próxima segunda-feira, dia 10 de julho.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o Requerimento nº 131/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o [PLL nº 048/23](#). (Pausa.) O Ver. Alvoní Medina está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Boa tarde, Presidente Hamilton, nobres vereadores e vereadoras, público que nos assiste através da TVCâmara e também os que estão nas galerias, este projeto foi desenvolvido após a uma sugestão do Núcleo de Defesa da Pessoa com Deficiência, da Defensoria Pública do Estado, que após ouvir o relato de uma pessoa com deficiência, o Sr. Guilherme Moreira, que inclusive está aqui conosco nas galerias, que teve problemas para comprovar a sua condição ao tentar emitir isenção do transporte público junto à EPTC. Este projeto permite a apresentação da carteira de identidade como meio de prova para atestar deficiência permanente física, mental, intelectual, auditiva ou visual, bem como Transtorno do Espectro Autista, perante os serviços públicos, para a concessão de benefícios que exijam comprovação de condições de saúde no Município de Porto Alegre. A aceitação da carteira de identidade, como um meio de prova para atestar deficiência

permanente, reduzirá as exigências burocráticas perante os órgãos públicos, facilitando o acesso aos serviços e assegurando mais dignidade, acessibilidade e melhores condições de vida aos cidadãos. As empresas e os órgãos públicos sempre que são procurados por uma pessoa com deficiência solicitam um laudo atual, e adquirir esse laudo, muitas vezes, demanda tempo, deslocamentos desnecessários, além dos constrangimentos pelos quais as pessoas passam para que, por diversas vezes, tenham que comprovar a sua condição de pessoa com deficiência. Desde 2019, é possível solicitar a carteira de identidade com informações do CID e com o pictograma símbolo da deficiência. Porém, o que o projeto prevê é a aceitação desse documento como meio para comprovar essa deficiência nos serviços públicos municipais. Por isso, entendemos que com a aprovação desta lei, as pessoas com deficiência permanente e as pessoas com Transtorno do Espectro Autista poderão se valer de um documento único para comprovar a sua condição, evitando, dessa forma, maiores transtornos. Inclusive está ali, nobres vereadores, a carteira de identidade, atrás está mostrando ali o CID, e, na parte da frente, mostrando o pictograma especificando a deficiência que a pessoa tem.

A pessoa com deficiência poderá incluir da carteira de identidade informações como o CID da doença e o pictograma – um símbolo que representa a sua deficiência, desde que ela seja de caráter permanente e irreversível. E como a carteira de identidade é um documento que tem fé pública, ela pode e deve ser aceita como documento válido para comprovar essa condição, sendo desnecessária a apresentação de outros documentos. O projeto também conta com a Emenda nº 01, a qual diz que o laudo não poderá ser recusado em razão da data de sua emissão. Assim, aquela pessoa com deficiência permanente e irreversível que ainda não tenha identidade atualizada com o CID, poderá dispor do laudo para comprovar a sua condição nos serviços públicos do Município. Por isso, senhores vereadores e senhoras vereadoras, pela importância do projeto e pelo avanço que ele significa na vida dessas pessoas, solicito a aprovação do projeto e da Emenda nº 01. E, lembrando que amanhã é dia 06/7, inclusive quero informar para todas as pessoas, das 8h às 16h, a Defensoria Pública, juntamente

com o IGP e a Faders, realizarão um mutirão para a emissão do RG para pessoas com deficiência e também irão prestar orientações, informações no Departamento de Identificação. O endereço é na Av. da Azenha, nº 255.

Obrigado, nobres vereadores. Peço a aprovação deste projeto que será tão importante para essas pessoas que têm nos procurado e pedido nosso apoio. Obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento): Nobre Presidente, solicito o adiamento da discussão dos seguintes projetos: PLL nº 227/22, PLL nº 224/22 e PLL nº 312/21, por uma sessão.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 048/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 048/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Parabéns, Ver. Alvoni Medina.

Em discussão o [PLL nº 082/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, Ver. Hamilton Sossmeier; colegas vereadores e vereadoras; o projeto que está em votação cria o Programa Municipal de Segurança Alimentar para a população de baixa renda no Município de Porto Alegre. Lá no art. 1º, dá um esclarecimento mais correto, eu diria, porque nós precisamos adequar essa lei à lei federal. Então, art. 1º: são diretrizes do programa elaborar, executar a política municipal de segurança alimentar em conformidade com a Lei Federal nº 11.346, de 2006.

Todos nós sabemos a importância que tem a questão da alimentação para as famílias de baixa renda. Eu poderia dizer aos senhores e às senhoras que a população brasileira em situação de insegurança alimentar grave afeta diretamente 33,1 milhões de brasileiros, equivalente a 15,5% da população brasileira. A fome também afeta diretamente 65% dos lares, pessoas que convivem com restrição a alimentos. Nos lares chefiados por mulheres, a fome saltou de 11,2% para 19,3%. Em Porto Alegre, Ver. Pedro Ruas, 70 mil famílias passam por essa situação dramática, que merece a atenção, execução de políticas públicas voltadas ao combate à fome, é a garantia da soberania alimentar. O governo federal vai, inclusive, instituir vários programas e é preciso, é fundamental que o governo municipal se adeque à lei federal. É isso o que o meu projeto de lei está solicitando, simples, mas que tem um enorme alcance social. Portanto, peço a colaboração dos colegas vereadores. Muito obrigado. (Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 082/23.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Hamilton Sossmeier, vereadoras, vereadores, o projeto que ora encaminho em nome do PSOL é do Ver. Aldacir Oliboni e tem um mérito, Ver. Oliboni, indiscutível. Nós passamos, no Brasil inteiro, um momento dramático durante a pandemia. A pandemia deixou muitas consequências, além da tragédia, das mortes – e aí é uma outra discussão porque envolve responsabilidade ou irresponsabilidade de governos, particularmente o federal –, deixou sequelas nas pessoas que sobreviveram e deixou a fome. E aí vem também uma linha de governo, a linha do governo federal que nunca se importou em combater esse problema, pelo contrário, o ex-presidente chegou a dizer que não havia fome no Brasil, em um deboche. Há pessoas que têm dor na barriga. Eu vi, aqui em Porto Alegre, há cerca de dois meses, sopa de papelão – eu assisti, eu vi! Então, o projeto de V. Exa. é para Porto Alegre, pena que não é para o Brasil. Por óbvio, terá nosso apoio, mas é

evidente que sim, um direito elementar. Como uma sociedade pode existir quando parte de seus membros passam fome, quando parte considerável passa fome? Como que o Executivo é integrado por pessoas? Como dormem sabendo que ali ao lado ou a alguns quilômetros há pessoas que não vão dormir por fome, que têm dor na barriga de fome? A questão da FASC é uma questão muito complexa porque ela distribuía, em 2021, 10 mil cestas básicas ao mês. Em 2023, ela distribuiu 6,5 mil cestas básicas. E a necessidade era de 50 mil. Diminuiu! “Ah, transformaram em *voucher*!” Sim, é verdade, mas não importa, diminuiu! E as cestas básicas, Ver. Marcelo Sgarbossa, que a FASC comprava e compra sequer ajudavam a agricultura familiar aqui, porque eram compradas em Minas Gerais. São compradas em Minas Gerais, vêm de avião para Porto Alegre, não ajudam ninguém aqui; não promovem nada, renda, emprego, nada. Enfim, fica aqui esse encaminhamento, por óbvio, favorável ao projeto do Ver. Aldacir Oliboni, que tem o mérito indiscutível, e repito: quem dera fosse ainda mais abrangente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 082/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 082/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o [Requerimento nº 121/23](#). (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão, em 1ª sessão, o [PELO nº 002/22](#). (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Presidente Hamilton Sossmeier, vereadores e vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara, temos, em período de discussão, em 1ª sessão, o projeto do governo municipal que pretende extinguir a licença-prêmio no Município de Porto Alegre. As

argumentações são várias, eu já vou adiantar algumas que o governo ou representantes do governo dentro desta Casa Legislativa vão manifestar. Uma das argumentações do prefeito Sebastião Melo para extinguir a licença-prêmio é que muitos servidores não gozam dessa licença, não utilizam ela e, quando se aposentam, pedem em remuneração, em dinheiro. Senhoras e senhores, em várias secretarias, na secretaria na qual eu sou lotado, a Secretaria Municipal de Educação – SMED, não é permitido aos professores e professoras tirar licença-prêmio durante o ano letivo. Quando que o servidor vai usufruir dos três meses de licença? Nas férias? Não, não é? Licença é para usufruir durante o período letivo, mas não nos é concedida a possibilidade de usufruir da licença. Então essa argumentação, esse argumento é um argumento tosco, é um argumento muito ruim, e só não nos é possibilitada a utilização da licença-prêmio porque nós não temos efetivo suficiente nas escolas; faltam professores. Nós estamos em julho, metade do ano, e não temos, em muitas escolas, o quadro completo. Como gambiarra, o Executivo municipal contrata de forma temporária professores e professoras, mas nós sempre estamos com o quadro deficiente. Se um professor ou uma professora entra em licença saúde, pega gripe, covid, o diretor, a diretora, a equipe do setor de orientação educacional tem que entrar em sala de aula pra cobrir essa brecha. Obviamente, não liberar os seus alunos, talvez seja importante, mas, isso, pedagógico, não é qualificador para os nossos jovens, para as nossas crianças. Então nós precisamos ter efetivo, precisamos ter pessoal, precisamos de concurso, de pessoas que sigam carreiras e que se engajem. Mas a carreira de servidor público do Município, em especial da educação, não é mais atrativa, senhoras e senhores. Aqueles que sobem a esta tribuna para dizer que professor municipal ganha muito bem estão mentindo descaradamente. Eu posso mostrar os meus últimos contracheques; para 20 horas, R\$ 2,8 mil, para trabalhar na parada 18 da Lomba do Pinheiro. Talvez alguns achem justo e comparem com o Estado, que os professores não chegam, por 20 horas, a ganhar um salário mínimo. Mas é isso o que nós estamos oferecendo a uma classe de trabalhadores que todos julgam ser importante para a melhoria do nosso País. Os jovens não querem mais dar aula! Eu atuo em pré-

vestibulares e pergunto todo início de ano: quem é que vai querer ser professor? A cada ano, menos braços são levantados, menos braços! Eu já dou aula em pré-vestibulares há mais de 20 anos; vai chegar um momento de colapso da educação, nós não teremos profissionais para atuarem em sala de aula e, nas redes públicas, vai virar bico. Vai virar bico e já está virando. Professores assumem contratos temporários até que arrumem algo melhor, depois abandonam o seu posto. É isso o que os governantes estão fazendo com a educação da nossa cidade, do nosso Estado. É uma vergonha! Para atrairmos pessoas qualificadas para prestarem esse serviço importante, nós precisamos de atrativos. É menos um atrativo extinguindo a licença-prêmio. Vamos pensar, é isso que nós queremos para a cidade de Porto Alegre? Eu não, por isso voto contra este projeto. Obrigado e boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Está encerrada a 1ª sessão de discussão. Peço um minutinho para os vereadores, porque o nosso Diretor Legislativo vai fazer um teste no Zoom.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Nós estamos com uma intercorrência, porque parece que não está tendo retorno pelo Zoom. Eu gostaria de perguntar para os senhores e para as senhoras que estão no sistema remoto se estão conseguindo ouvir – por gentileza, nos reportem aqui. (Pausa.) O Ver. Ramiro Rosário está ouvindo, está funcionando então. Obrigado, Ver. Ramiro. (Pausa.) Eu pediria que algum dos senhores – Ver. Ramiro, Ver. Mauro, Ver. Moisés – tentasse falar, porque parece que é o contrário, nós não estamos ouvindo vocês. (Pausa.) O Ver. Bosco está falando e não está saindo, também o Ver. Moisés. (Pausa.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Lamentamos, mas não temos como continuar a sessão por problemas técnicos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Na verdade, os vereadores e as vereadoras que estão no Zoom, nós não ouvimos o que eles falam, então não há condições, obviamente, de a sessão prosseguir, porque o vereador pode querer se pronunciar, falar, enfim.

Apregoo o Ofício nº 2122/23, firmado pelo Sr. Sebastião Melo, prefeito municipal de Porto Alegre, por meio do qual encaminha Mensagem Retificativa ao PLCE nº 015/22.

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, ao PLL nº 016/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 016/23 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 02, de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, ao PELO nº 002/22.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Sr. Presidente, passou da hora de nós suspendermos o Zoom. A pandemia já acabou, e o Parlamento acontece aqui. Acho que todos já usaram o Zoom, uns mais, outros menos, outros bem menos, mas eu acho que a Mesa precisa estudar o fim do Zoom; afinal de contas, o povo paga o nosso salário, precisamos estar aqui. A campanha ainda não começou, e acredito que a gente, a Mesa, enfim, precisa deliberar sobre o fim do Zoom e a volta das sessões plenas; afinal de contas, a pandemia já acabou.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Perfeito, vamos discutir isso. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h58min.)